



Ata nº 049 da Sessão Ordinária nº 049, de  
26 de agosto de 2014.

Às nove horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". **LEITURA DE EXPEDIENTE DA PRESEDÊNCIA:** o Secretário-Geral do TCM procedeu a seguinte Leitura Plenária: " 1) *PROCESSO Nº 201413855-00: Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu, Sr. Gonçalo de Sousa Araújo, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo de nº 004/2014, de 30.05.2014, que mantém na íntegra o disposto na Resolução nº 10.686, de 17 de janeiro de 2013, deste Tribunal, que aprova, com ressalva, as contas da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, exercício financeiro de 1999, de responsabilidade do Sr. Antônio Paulo da Silva*". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões de nº's 039/2014 e 040/2014. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 80012003-00; Prefeitura Municipal da Ananindeua; Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Manoel Carlos Antunes (01.01 à 29.09.2003) e Clóvis Manoel de Melo Begot (30.09 à 31.12.2003); Auditor Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Ananindeua que sejam julgadas regulares as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2003, de responsabilidade dos Srs. , Manoel Carlos Antunes (período de 01/01 a 29/09/2003) e Clóvis Manoel de Melo Begot (período de 30/09 a 31/12/2003), que deverão recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: I - Sr. Manoel Carlos Antunes: R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal, considerando a regularidade das contas e a remessa intempestiva somente do 1º quadrimestre; II - Sr. Clóvis Manoel de Melo Begot: R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido*". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**



decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Ananindeua que sejam julgadas regulares as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2003, de responsabilidade dos Srs., Manoel Carlos Antunes (período de 01/01 a 29/09/2003) e Clóvis Manoel de Melo Begot (período de 30/09 a 31/12/2003), **por maioria**, com os seguintes recolhimentos ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias: I - Sr. Manoel Carlos Antunes: R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no Art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal, considerando a regularidade das contas e a remessa intempestiva somente do 1º quadrimestre; II - Sr. Clóvis Manoel de Melo Begot: R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 110012006-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Telma Maria Moraes de Sena – Prefeita Municipal; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio sugerindo à Câmara Municipal de Bagre a não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena – Ordenadora de Despesa responsável pela Prefeitura Municipal de Bagre, no exercício financeiro 2006, sem prejuízo do recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, das multas abaixo descritas: 1 – Ao FUMREAP/TCM: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV, do Regimento Interno - TCM/PA, pelo envio fora do prazo legal (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; da LDO; dos RGF's e dos RREO's do 1º ao 5º bimestres; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 282, I, "a" e "b", do Regimento Interno - TCM/PA, pela divergência de lançamentos no Balanço Financeiro pela divergência na Demonstração das Variações Patrimoniais; pela não aplicação do percentual mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino; pelo descumprimento do limite com gasto de pessoal do Poder Executivo, que ultrapassou o valor total da despesa líquida; 2 – Aos Cofres Municipais: -R\$-71.526,77 (setenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), referente ao lançamento à conta "Agente Ordenador"; R\$-16.416,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais), com base no Art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028, pelo envio intempestivo dos RGF's dos 1º, 2º e 3º quadrimestres; após transitada em julgado a presente decisão, encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Bagre a não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena, responsável pela Prefeitura Municipal de Bagre no exercício financeiro 2006, sem prejuízo do recolhimento, no prazo de 15*



(quinze) dias, das seguintes multas: 1 – aos Cofres Municipais: R\$-71.526,77 (setenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), referente ao lançamento à conta “Agente Ordenador”; R\$-16.416,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e dezesesseis reais), com base no Art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028, pelo envio intempestivo dos RGF's dos 1º, 2º e 3º quadrimestres; após transitada em julgado a presente decisão, encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** 2 – ao FUMREAP/TCM: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV, do Regimento Interno - TCM/PA, pelo envio fora do prazo legal (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; da LDO; dos RGF's e dos RREO's do 1º ao 5º bimestres; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 282, I, “a” e “b”, do Regimento Interno - TCM/PA, pela divergência de lançamentos no Balanço Financeiro, pela divergência na Demonstração das Variações Patrimoniais, pela não aplicação do percentual mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, pelo descumprimento do limite com gasto de pessoal do Poder Executivo que ultrapassou o valor total da despesa líquida. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 270022006-00; Câmara Municipal de Conceição do Araguaia;** Prestação de Contas de 2006; Responsável: Ary César Coelho Luz Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de pauta. **Aguardar decisão Reunião Administrativa para decidir os procedimentos a serem seguidos em proposta de Voto.** Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 03: **Processo nº 910012004-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis;** Prestação de Contas – Exercício 2004; Responsável: Sebastião Curió Rodrigues de Moura; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Sebastião Curió Rodrigues Moura, que deverá proceder aos seguintes recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-28.049,37 (vinte e oito mil, quarenta e nove reais e trinta e sete centavos) referente a soma do valor lançado à conta “Agente Ordenador” (R\$-24.765,49) e das despesas irregulares com a liga esportiva de Curionópolis (R\$-3.283,88), caracterizado como dano ao Erário; 2 – Multa de R\$-36.000,00 (trinta e seis mil reais), correspondente a 30% da remuneração anual recebida pelo Prefeito, pelo atraso dos RGF's do exercício, com fundamento no Art. 5º da Lei nº 10.028/2000. Ao FUMREAP: 3 - Multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais; pela aplicação de recursos do FUNDEF com desvio de finalidade e descumprimento do Art. 60, § 5º da ADCT/88; não aplicação dos gastos mínimos com educação e saúde, descumprimento do Art. 29-A, I da CF/88, pelas impropriedades nos processos licitatórios, fundamentados no Art. 57, I, “b” da LO/TCM/PA. 4 – Multa de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pela remessa intempestiva da LDO, LOA, e RREO's do exercício e prestação de contas dos 1º 2º e 3º quadrimestres; não apresentação do Balanço Patrimonial retificado; e pela remessa



extemporânea do Plano Plurianual, com fundamento no Art. 57, inciso III "a" da LO/TCM/PA. Cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Sebastião Curió Rodrigues Moura que deverá proceder os seguintes recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-28.049,37 (vinte e oito mil, quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), referente a soma do valor lançado à conta "Agente Ordenador" (R\$-24.765,49), e das despesas irregulares com a liga esportiva de Curionópolis (R\$-3.283,88), caracterizado como dano ao Erário; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual; 2 – multa de R\$-36.000,00 (trinta e seis mil reais), correspondente a 30% da remuneração anual recebida pelo Prefeito, pelo atraso dos RGF's do exercício, com fundamento no Art. 5º da Lei nº 10.028/2000. **Por maioria:** multas ao FUMREAP: 3 - R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais; pela aplicação de recursos do FUNDEF com desvio de finalidade e descumprimento do Art. 60, § 5º da ADCT/88; não aplicação dos gastos mínimos com educação e saúde, descumprimento do Art. 29-A, I da CF/88, pelas impropriedades nos processo licitatório, fundamentado no Art. 57, I, "b" da LO/TCM/PA; 4 – R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pela remessa intempestiva da LDO, LOA e RREO's do exercício e prestação de contas dos 1º 2º e 3º quadrimestres; não apresentação do Balanço Patrimonial retificado; e pela remessa extemporânea do Plano Plurianual com fundamento no Art. 57, inciso III "a" da LO/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 163982008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bonito; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bonito, relativa ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Jamil Assad Neto, com a expedição do Alvará de quitação no valor de R\$-372.915,94 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 05: **Processo nº 193992006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Ildecides Reis Silva; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria



foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ildecides Reis Silva, em favor do qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-623.856,86 (seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias das seguintes multas: - R\$-2.000,00 (dois mil reais) com base no Art. 284, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, face ausência do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social; R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, “b”, pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido”. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ildecides Reis Silva, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-623.856,86 (seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos), **por maioria**, após o recolhimento FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: - R\$-2.000,00 (dois mil reais) com base no Art. 284, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal face a ausência do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social; R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, “b”, pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 144622007-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Therezinha Moraes Gueiros (01.01 a 30.04 e de 01.09 a 31.12.2007) e Heleno Pessoa de Oliveira (01.05 a 31.08.2007); Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Sra. Terezinha Moraes Gueiros (01.01 a 30.04 e 01.09 a 31.12.2007) e do Sr. Heleno Pessoa de Oliveira (01.05 a 31.08.2007), com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-13.248.042,64 (treze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) e R\$-7.425.151,43 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), respectivamente. Às dez horas e trinta minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 83012007-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua – IPASM; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Luiz Guilherme M. De Carvalho; Instrução 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Ines Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento



dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pela aprovação das contas*”. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda.

**Processo nº 490042009-00; Instituto de Previdência do Município de Muaná - IPM; Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Márcia do Socorro Nogueira Moreira; Instrução 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pela aprovação das contas*”. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 250022004-00; Câmara Municipal de Chaves; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 30.873 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Pedro Gonçalves Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso de Revisão, com a manutenção de todos os termos do Acórdão nº 20.873, que decidiu pela não aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Chaves, exercício financeiro de 2004, sob a responsabilidade do Sr. Pedro Gonçalves Rodrigues. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 154772002-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Benevides; Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº 18.414, de 28.04.2009; Responsável: Luiz de França Solon; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, para modificar a decisão anterior, contida no Acórdão nº 18.414, de 28.04.2009, no sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Benevides, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Sr. Luiz de França Solon, em nome



de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-544.889,40 (quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1390052003-00; Fundo Municipal de Saúde de Piçarra;** Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 18.820, de 15.09.2009; Responsável: José Cosmo Souza da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pelo conhecimento e provimento total do Recurso, para modificar a decisão exarada no Acórdão nº 18.820, de 15.09.2009 (fls. 211/212), no sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde de Piçarra, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. José Cosmo Souza da Silva, em nome de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação, no valor R\$-1.095.329,93 (hum milhão, noventa e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos)*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, porém manteve a multa aplicada anteriormente no Acórdão nº 18.820. A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **a unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, para modificar a decisão exarada no Acórdão nº 18.820 de 15.09.2009, no sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Saúde de Piçarra, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. José Cosmo Souza da Silva, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor R\$ 1.095.329,93 (hum milhão, noventa e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos), **por maioria**, sem a ressalva quanto a manutenção da multa aplicada anteriormente no Acórdão nº 18.820. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda que votou pelo provimento parcial do Recurso, mantendo a multa aplicada no Acórdão recorrido. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e cinquenta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. **Processo nº 753992005-00 (201213304-00); Fundo Municipal de Educação de São Domingos do Capim - FUNDEF;** Recurso de Revisão contra Decisão do Objeto do Acórdão nº 21.279 de 12.07.2011 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Márcio Lopes da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **a unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, modificando o teor do Acórdão nº 21.279, de 12/07/2011, para retirar a falha referente a saldos não comprovados no exercício de 2006, no valor de R\$-665.961,64 (seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), comprovados através dos extratos e registros contábeis nas prestações de contas de 2005 e 2006, bem como para reduzir as despesas não lícitas que passam a ser de R\$-314.099,24 (trezentos e quatorze mil, noventa e nove reais e vinte



e quatro centavos), em razão das despesas com licitação no valor de R\$-202.703,22 (duzentos e dois mil, setecentos e três reais e vinte e dois centavos), já constarem na prestação de contas da Prefeitura Municipal, mantendo-se os demais termos da decisão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 1170022009-00; Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº 23.094, de 11.12.2012 (Prestação de Contas de 2009); Responsável: Benedito da Costa Araújo Neto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso de Reconsideração, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 23.094, de 11.12.12, para considerar regulares as contas prestadas por Benedito da Costa Araújo Neto, referente ao exercício financeiro de 2009, da Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-915.800,07 (novecentos e quinze mil, oitocentos reais e sete centavos). **Processo nº 1040022003-00; Câmara Municipal de Tailândia;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº 20.638, (Prestação de Contas de 2003); Responsável: Celso Thadeu Hermes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Reconsideração para alterar, parcialmente, a decisão prolatada nos termos do Acórdão nº 20.638, de 14.12.10, e reduzir o débito lançado sob a responsabilidade do Ordenador, no montante de R\$-14.250,24 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), os quais deverão ser recolhidos aos Cofres da Prefeitura Municipal, mantendo-se a decisão pela irregularidade das contas prestadas por Celso Thadeu Hermes, referente ao exercício financeiro de 2003, da Câmara Municipal de Tailândia, para além do encaminhamento de fotocópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 16: **Processo nº 514112004-00; Fundo Municipal de Saúde de Óbidos;** Recurso de Reconsideração a Decisão do Acórdão nº 21.073, de 24.05.2011 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Luis Alberto Pinto Bentes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento ao Recurso de Reconsideração, mantendo-se inalterada a decisão anterior prolatada nos



termos do Acórdão nº 21.073, de 24.05.11, para considerar irregulares as contas prestadas por Luiz Alberto Pinto Bentes, referente ao exercício financeiro de 2004, do Fundo Municipal de Saúde de Óbidos, inclusive quanto ao encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 452112003-00; Fundo Municipal de Saúde de Melgaço;** Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 20.821 (Prestação de Contas de 2003); Responsável: Raimunda de Jesus Taveira dos Santos; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.711, de 22.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso, mantendo integralmente a decisão contida no Acórdão nº 20.821, que reprovou a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Melgaço, exercício financeiro de 2003, que esteve sob a responsabilidade da Sra. Raimunda de Jesus Taveira dos Santos. **Processo nº 201217360-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 1.214/12 de 19.09.12 – Revisão de Proventos; Interessado: Amado Magno e Silva Junior; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1214/2012-GP/IPAMB, de 19/09/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201217570-00; IPAMB/PMB;** Portaria nº 1293/12, de 27/09/12 – Revisão de Proventos; Interessado: Ivaldo Araújo Barros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1293/2012-GP/IPAMB, de 27/09/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201220499-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema;** Aposentadoria – Portaria nº 027/12, de 13/11/2012; Interessada: Maria Cleia Lima de Freitas; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201202744-00; IPMA/PMB;** Pensão – Portaria nº 0457/2013, de 11.04.13; Interessada: Sandra Maria Barbosa de Matos Monteiro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217817-00; IMPA/PMB;** Pensão – Portaria nº 1.426/12, de 17.10.12; Interessada: Maria do



Perpétuo Socorro Vilhena de Souza Lucena; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201306069-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba**; Aposentadoria - Portaria nº 027, de 17.04.2013; Interessada: Arlita Santos Fonseca; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de Pauta. **Aguardar decisão Reunião Administrativa para decidir os procedimentos a serem seguidos em proposta de Voto. Processo nº 201220377-00; Instituto de Previdência do Município de Muaná**; Aposentadoria – Portaria nº 026, de 28.11.2012; Interessada: Aracy Pereira da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de Pauta. **Aguardar decisão Reunião Administrativa para decidir os procedimentos a serem seguidos em proposta de Voto Processo nº 20131661-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB**; Contratos Temporários nº's 001 a 008/2013, firmado com Paulo André Silva Nassar e outros; Interessado: Erik Nello Pedreira - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300577-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia**; Diária – Decreto nº 012 de 20.01.2012, que fixa as Diárias dos Servidores; Interessado: Álvaro Brito Xavier - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Decreto nº 012/2012, com ressalva quanto a diária fixada para o interior do Município. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Decreto nº 012, de 20/01/2012, que fixa as diárias dos Servidores Públicos Municipais da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, com ressalva quanto a diária fixada para o Interior do Município, que deve ser analisada caso a caso, tendo em vista a situação geográfica de cada Município. **Processo nº 200815716-00; Câmara Municipal de Benevides**; Subsídio – Resolução nº 001, de 29/08/2008, que fixa os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2009/2012; Interessado: Camilo Lopes Gonçalves Neto; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201003047-00; Câmara Municipal de Conceição do Araguaia**; Ato da Mesa Diretora nº 001, de 18/01/2010, que atualiza a Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo; Interessado:



Aurélio Alves Milhomem; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato da Mesa Diretora nº 001, de 18/01/2010, da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, modulando os efeitos, a partir desta decisão, para acatar a matéria que verse sobre o tema objeto dos presentes autos, somente por lei específica, nos termos do que dispõe o Art. 37, X da CF/1988. **Processo nº 200906736-00; Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia; Lei nº 334, de 26/02/2009, que Reajusta a Remuneração dos Servidores; Interessado: José Guedes da Silva Vieira - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Lei nº 334, de 26/02/2009, que reajusta a remuneração dos servidores da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia. **Processo nº 201405252-00; Gabinete do Prefeito; Denúncia - 2014; Denunciante: Sr. Bruno Fabrício Valente; Denunciado: Sra. Solange Cascaes de Brito Lobato; Instrução: 1º Controladoria; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201405252-00; Gabinete do Prefeito Municipal de Belém; Nomeação; Interessado: Prefeito Zenaldo Coutinho; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para a comunicar ao Plenário que “os autos nºs 201307496-00, 201302419-00, 201315041-00 e 201020657-00, todos referentes a Contratos Temporários de Pessoal, exceto o último que trata de Concurso Público, serão encaminhados à Secretaria para distribuição entre os Auditores, nos termos do Art. 72, II, do RI/TCM/PA”. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e seis de agosto de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral



Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão